

# PLURIATIVIDADE E PESCA ARTESANAL: O CASO DA COLÔNIA Z-3 EM PELOTAS, RS

Flávio Sacco dos Anjos<sup>\*</sup>  
Paulo André Niederle<sup>\*\*</sup>  
Nádia Velleda Caldas<sup>\*\*\*</sup>

**Resumo:** O artigo focaliza o fenômeno da pluriatividade na perspectiva da pesca artesanal, à luz de recente pesquisa desenvolvida na região do estuário da Lagoa dos Patos, extremo sul do país, sob os auspícios do CNPq. A atenção está posta na análise das principais estratégias de reprodução social das famílias de pescadores, com ênfase no exercício da pluriatividade. Explora, igualmente, o peso de outros elementos, como a previdência social, autoconsumo e políticas públicas para compreender o comportamento das famílias face às condições atuais da pesca. O artigo expõe resumidamente o problema de pesquisa, a relevância do debate sobre a questão da pluriatividade do ponto de vista da pesca artesanal e as características essenciais da região estudada em termos dos aspectos histórico-culturais que a conformam. Os dados apontam para a enorme relevância da pluriatividade enquanto estratégia de reprodução dos pescadores artesanais da Colônia Z-3. Parte desse cenário é consequência das restrições na disponibilidade de pescado

---

\* Universidade Federal de Pelotas, Departamento de Ciências Sociais Agrárias.  
Endereço p/correspondência: Rua General Argolo nº 1418, apto 201  
CEP: 96015-160 - Pelotas, RS. [flaviosa@ufpel.tche.br](mailto:flaviosa@ufpel.tche.br)

\*\* Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Endereço p/correspondência: Rua Tuyuty 73/33, Centro - CEP 90050-270 –  
Porto Alegre, RS. E-mail: [pauloufpel@yahoo.com.br](mailto:pauloufpel@yahoo.com.br)

\*\*\* Universidade Federal de Pelotas, Departamento de Ciências Sociais Agrárias.  
Endereço p/correspondência: Rua Barão de Sta. Tecla nº 1275, apto 21  
CEP: 96010-140 - Pelotas, RS. E-mail: [nvcaldas@ufpel.tche.br](mailto:nvcaldas@ufpel.tche.br)

impostas pela pesca predatória operada pelas grandes empresas do ramo.

**Palavras-chave:** Pesca artesanal; pluriatividade; reprodução social.

## 1. APRESENTAÇÃO

A sociedade contemporânea atravessa atualmente um leque de transformações extremamente radicais. Boa parte delas tem a ver com as alterações no mundo do trabalho, em que pese os impactos da incorporação de novas tecnologias que, entre outras coisas, aprofundam o fosso que separa o trabalho formal e o informal, sob a égide da precarização geral que afeta ao conjunto de formas de emprego e ocupação.

É, portanto, com grande satisfação que acolhemos o número especial da “Revista Sociedade em Debate”, o qual trata do tema “Trabalho e sociedade em transformação”. Torna-se um imperativo discutir os rumos do país e do planeta num momento no qual vemo-nos mergulhados numa crise sem precedentes em que a categoria trabalho não é mais dotada do estatuto de centralidade da vida e das relações humanas. Estamos, pois, no epicentro de um verdadeiro ciclone engendrado pelo processo de globalização, pela redução do nível de protagonismo do Estado de bem-estar social, pela vulgarização de tecnologias de informação que desocupam mais e mais trabalhadores, pela desqualificação e fragmentação da força de trabalho e pela perda de identidades territoriais.

Estariam os pescadores artesanais de Pelotas imunes a estes processos e circunstâncias? O estudo que desenvolvemos aponta justamente o contrário. O leitor deste texto conhecerá as particularidades da dinâmica da reprodução de um setor específico de trabalhadores que, em face de crescentes dificuldades econômicas, vêem-se obrigados a lançar mão de outras atividades para assegurar a satisfação de suas necessidades de reprodução social. Mas a pesca artesanal praticada pelas famílias da Colônia Z3 não implica apenas na produção de riqueza em si, posto que

se insere no contexto da preservação do que vem sendo chamado de patrimônio *imaterial*, ou seja, essa porção intangível da herança cultural dos povos. São estes indivíduos portadores de uma identidade cultural ameaçada, em meio a um mundo que caminha célere à homogeneização dos costumes e destruição de culturas.

## 2. INTRODUÇÃO

O cotidiano dos pescadores artesanais<sup>1</sup> da Colônia Z-3, em Pelotas, RS, acha-se invariavelmente marcado pela precariedade. Os últimos cinco anos testemunham uma redução significativa dos cardumes de peixes e da disponibilidade do camarão. Muitas são as causas aventadas para justificar este cenário, que vão da pesca predatória praticada por grandes embarcações, em sua grande maioria provenientes do Litoral catarinense, aos efeitos da degradação dos rios que deságuam no estuário da Lagoa dos Patos, e, que até bem pouco tempo atrás, geravam as condições ideais para assegurar a diversidade e o equilíbrio do ecossistema.

A interrupção da pesca no período de *defeso* (parada biológica), bem como a instituição do “seguro-desemprego” aos pescadores, trouxeram consigo importantes mudanças, ainda que seus efeitos ainda não se fizeram sentir com a intensidade esperada. Em seu conjunto, são aproximadamente 950 famílias que dependem exclusivamente da pesca e/ou de muitas outras ativi-

---

<sup>1</sup> Através desta forma de referenciá-los (“pescadores artesanais”) busca-se estabelecer a distinção em relação à atividade desenvolvida pelos grandes barcos e empresas do ramo. Mas é oportuno ponderar que para fins de enquadramento e garantia de seus direitos trabalhistas eles próprios refiram-se como “pescadores profissionais” para diferenciarem-se dos que exercem tal atividade de forma esportiva ou como hobby. Estamos conscientes, não obstante, de que há uma tênue linha que demarca estas formas do ponto de vista da realidade concreta.

dades geradoras de renda, estabelecendo o que poder-se-ia chamar de recurso à pluriatividade.

Outrossim, para os efeitos desse artigo, cabe aqui uma primeira questão. As interpretações sobre a natureza da pluriatividade, recentemente surgidas na literatura, podem ser aplicáveis ao caso dos pescadores artesanais? Muitos destes estudos admitem tratar-se de um fenômeno relevante do ponto de vista de sua incidência no conjunto de explorações e enquanto chave interpretativa sobre a dinâmica da agricultura familiar contemporânea. Se esta hipótese é válida, poder-se-ia indagar: até que ponto agricultores familiares e pescadores são portadores de traços de uma identidade similar ou convergente?

Na curta trajetória que acompanha a reflexão sobre estes temas, há muitas controvérsias. Este artigo postula contribuir nesse debate, à luz de uma pesquisa recentemente concluída com o apoio financeiro do CNPq. A próxima seção é dedicada a uma discussão em torno às questões aqui formuladas. Estabelecemos algumas premissas centrais que orientam a definição do marco metodológico, da unidade de análise, bem como a forma de tratamento dos dados. Na terceira seção examinamos não apenas a incidência da pluriatividade do ponto de vista da pesca artesanal, mas as formas que esse fenômeno assume ao identificar mecanismos através dos quais as famílias garantem a sua sobrevivência. A quarta e última seção reúne as conclusões fundamentais desse artigo.

### **3. AGRICULTURA FAMILIAR, PESCA ARTESANAL E PLURIATIVIDADE**

#### **3.1 Agricultores Familiares e Pescadores Artesanais: um mesmo referencial?**

A década precedente estabelece um verdadeiro divisor de águas do ponto de vista das políticas públicas que incidem sobre a agricultura e o mundo rural do Brasil. Surge o PRONAF como

corolário da mobilização de agricultores em prol da defesa dos interesses de um setor convencionalmente excluído do acesso aos instrumentos de crédito. Ainda que na atual conjuntura a incidência deste programa seja ainda tímida, tanto do ponto de vista do número de explorações atingidas quanto do volume de créditos efetivamente disponibilizados a este setor da agricultura nacional, não resta dúvida de que sua aparição supõe avanços.

Parte disso deve-se ao amadurecimento das pesquisas realizadas no país, muitas das quais, ao fim e ao cabo, insistem na importância não apenas social da agricultura familiar, mas sobretudo econômica sob a ótica da geração de trabalho e renda. Tal noção é hoje uma das principais *key words* presente nas agendas de economistas, agrônomos, sociólogos e de outros estudiosos da realidade agrário-rural brasileira.

Entretanto, a convergência em torno ao status da agricultura familiar enquanto objeto de estudo não pode ser vista como coincidência de posturas. O consenso está justamente em admitir que nos encontramos diante de um setor extremamente complexo em suas características, tanto que alguns pesquisadores julgam inútil a tarefa de defini-lo.

Evocamos Marcel Jollivet (1974) para insistir no fato de que, do ponto de vista do estudo das formas sociais rurais, o erro seria considerar unidade e diversidade como termos que se excluem mutuamente. Aceitar a complexidade do tema implica reconhecer o perfil multifacetado com que se apresenta a agricultura familiar em todos os rincões da geografia nacional. Outrosim, isso não significa renunciar ao esforço de compreender a existência de um sentido que unifica as explorações familiares. Ele passa pela adoção de estratégias que, acima de tudo, visam garantir a reprodução social de seus membros, ainda que essa busca se dê pela via da inserção em mercados locais ou mesmo internacionais.

A dificuldade surge do fato de que se trata de uma forma social de produção cujo núcleo essencial, que dá sentido e orientação aos processos, ao longo de seu ciclo vital, é a família. Ela

representa o universo analítico, mais do que a própria unidade de produção, ao comandar as iniciativas e empreender a dinâmica das relações com o ambiente em que se acham inseridas. E não apenas os avatares da economia política orientam as escolhas, mas são sobretudo os valores culturais compartilhados que atribuem sentido a estas mesmas relações, articulando demandas coletivas e as aspirações individuais de seus membros.

É com base nesses mesmos traços que se construiu um marco metodológico para desenvolver esta pesquisa, partindo-se da premissa de que há elementos suficientes para identificar o pescador artesanal como uma forma peculiar de produção, a qual se aproxima dos traços gerais que definem a agricultura familiar.

Admite-se estes mesmos supostos como ponto de partida no esforço de operar o recorte na realidade, assumindo, como suposto, de que é a família, e não a unidade de produção, a categoria pertinente de análise.

Na perspectiva das políticas públicas (Pronaf, previdência social, etc.) pescadores artesanais e agricultores familiares são considerados como categorias equivalentes, assim como do ponto de vista de programas de fomento do governo gaúcho, tal qual o RS Pesca e o RS Rural. No caso dos pescadores artesanais da Colônia Z-3, as famílias rurais residem numa parte da geografia local considerada como fazendo parte do perímetro rural, afastada do centro urbano por uma distância de aproximadamente 20 km.

Sob esta ótica haveria elementos suficientes para admitir como válida a utilização de um mesmo marco referencial no estudo destas categorias. Para Delgado (2001, p.63), agricultura e pesca representam atividades humanas que se desenrolam em ambientes rurais, onde a relação com a natureza é absolutamente determinante e, em grande medida, incontrolável. Além disso, alude este autor:

[..] existem muitas semelhanças – não obstante suas diferenças – entre os agricultores familiares e os pescadores artesanais, entre as quais se incluem a sua marginalidade

diante da estrutura de poder econômico e político dominante no país e sua histórica resistência frente a condições econômicas e sociais bastante adversas. Além disso, representam atividades produtivas de considerável risco econômico, para as quais os mercados muitas vezes não existem ou existem apenas de forma incompleta [...], fazendo com que, tanto a agricultura quanto a pesca, sejam atividades que combinam formas institucionais *modernas* e *arcaicas*. (DELGADO, 2001, p.62; grifos no original).

As considerações aqui feitas conformam parte do marco teórico-analítico dessa pesquisa. É a família rural de pescadores o *locus* privilegiado da observação sociológica. Entrementes, para dar conta dos processos sociais a seguir referidos, torna-se fundamental esclarecer outros conceitos.

### 3.2 Pluriatividade e Pesca Artesanal

A segunda das noções que definitivamente inovam a agenda de pesquisa social brasileira refere-se à pluriatividade e ao papel das rendas não-agrícolas na sustentação material das famílias residentes nos espaços rurais brasileiros. Alguns estudos pioneiros (SACCO DOS ANJOS, 1994; SCHNEIDER, 1995) evidenciaram situações típicas do que até então se identificava como representativas do exercício de uma agricultura a tempo parcial praticada por agricultores familiares do Brasil meridional.

Tal como afirmamos em outra oportunidade (SACCO DOS ANJOS, 2001, p.173), se o primeiro conceito - agricultura a tempo parcial - aparece relacionado com a etapa da hegemonia do paradigma da modernização e do produtivismo, o segundo deles - a pluriatividade - está vinculado com a etapa atual, marcada pelo peso do paradigma da *multifuncionalidade*.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> A multifuncionalidade tem a ver com a atribuição de novos papéis aos espaços rurais, mais além dos aspectos estritamente produtivos, como no caso dos papéis associados ao turismo, lazer, preservação de

Todavia, é tão somente com o aparecimento do Projeto Rurbano, na segunda metade dos anos 1990, que definitivamente o tema, amplamente debatido nos países centrais, tanto do ponto de vista acadêmico quanto eminentemente político-institucional, é definitivamente convertido em objeto da reflexão no âmbito das ciências sociais brasileiras.

Nesse sentido, a emergência e o peso crescente das atividades não-agrícolas no meio rural desafiam a percepção dos pesquisadores brasileiros diante do vem sendo considerado como a emergência do “novo rural brasileiro” (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000). O debate emerge em meio à compreensão de que novas dinâmicas atravessam o campo brasileiro no que tange à ocupação da força de trabalho, no qual há um crescente protagonismo de atividades e iniciativas produtivas que pouco ou nada têm a ver com a exploração agropecuária no sentido da produção de alimentos e de matérias-primas. Seguramente é esse o grande mérito atribuído ao Projeto Rurbano, em que pese o fato de desvelar um cenário até então desconhecido ou ignorado pela academia brasileira.

As famílias rurais pluriativas exprimem este novo cenário, consideradas assim por abrigarem em seu interior indivíduos com múltiplas inserções no mercado de trabalho (agrário e não-agrário), combinando atividades e ocupações diversas (agrícolas, para-agrícolas<sup>3</sup> e não-agrícolas).

Inúmeras são as causas que permitem entender esse processo. Decorre, entre outros aspectos, da expansão dos serviços sociais ao campo e ampliação de um mercado de trabalho não-

---

ecossistemas e dos valores culturais. Com relação a este tema ver especialmente Abramovay (2003).

<sup>3</sup> Valemo-nos aqui da classificação adotada no marco do Arkleton Project que assim denomina as iniciativas dirigidas à diversificação de ingressos via agroindustrialização e incorporação de valor aos produtos, associadas, ou não, ao turismo rural. Ver a respeito Etxezarreta (1995).



agrícola<sup>4</sup>, como também do incremento dos papéis não exatamente produtivos dos espaços rurais, ligados ao ócio e lazer e à proliferação, em algumas partes do território nacional, de chácaras de fim-de-semana, estações ecológicas, *pesque-pagues*, etc.

Esta mesma dinâmica se vê fortalecida diante de um quadro recorrente, no qual as atividades agropecuárias acham-se submetidas a um declínio de rentabilidade em meio ao efeito simultâneo de redução de preços e incremento do custo de produção de lavouras e criações. Na perspectiva da agricultura familiar, tal realidade é por vezes dramática, haja vista os efeitos do chamado *treadmill* produtivista que obriga os produtores a um processo permanente de renovação tecnológica imposto por mercados cada vez mais competitivos e instáveis.

Seria esta mesma dinâmica compatível com a situação dos pescadores artesanais? No nosso entendimento as políticas setoriais aplicadas ao ramo da pesca desencadearam um processo semelhante ao que estiveram submetidos os agricultores familiares com a modernização conservadora. Impelidos a incorporar novos procedimentos tecnológicos e ampliar sua capacidade produtiva, muitas famílias especializaram-se à medida que as condições assim o permitiam.

Os últimos anos, como aludimos anteriormente, representam um ponto de inflexão nesta trajetória, no qual imperam novas condições em que opera a atividade da pesca. Muitas famílias – as mais fragilizadas do ponto de vista das condições materiais – vêm-se ameaçadas de sobreviver na e pela atividade. Algumas delas optam por abandonar definitivamente a atividade, ao passo que outras, ampliam consideravelmente o leque de estratégias de reprodução social.

Mas há um elemento novo que aportam os últimos anos. Ele consiste na instituição do “defeso” ou “parada biológica” obrigatória. Significa não apenas a possibilidade de perceber uma remuneração durante um período de quatro meses, mas a expec-

---

<sup>4</sup> Sobre esse tema ver também Schneider (2001).

tativa de obter a aposentadoria decorrente do exercício da atividade. Esse fato altera substancialmente os quadros de referência dos indivíduos e dos grupos domésticos a que se acham vinculados.

A pluriatividade, há que deixar registrado, não pode ser aqui definida, como alguns o fazem, estritamente do ponto de vista do recebimento de múltiplas fontes de ingresso econômico. Em verdade, ela aparece identificada com o exercício de múltiplas formas de exercício profissional e de inserção nos mercados de trabalho.

Em outras palavras,

[...] trata-se de um fenômeno no qual os componentes da unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolver-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração. (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 90)

Ainda que não se houvessem servido do termo pluriatividade como forma de referência a este fenômeno sobre o qual nos debruçamos, outros autores já evidenciaram ser esta uma prática corrente entre pescadores do Brasil. No caso abaixo indicado, o turismo desponta como uma atividade emergente articulada à pesca artesanal, a qual, como indica a autora, introduz modificações substanciais na dinâmica dos grupos domésticos implicados.

Além de uma safra de peixes, existe agora também uma “safra” de turistas, e estes contribuíram, como se viu, para modificar a condição social da mulher, além de terem alterado o ciclo anual de atividades da comunidade como um todo. (WOORTMANN, 1992).

A natureza destas “atividades pluriativas” é apontada em outras pesquisas recentemente realizadas no país, como o que alude Martin, et al (1999), ao analisar as condições gerais da pesca no reservatório de Itaipu, no qual aparecem evidenciadas as circunstâncias em que elas aparecem. Nesse sentido,

[..]. um número bem significativo (45% em ambas as colônias) dos pescadores participantes da pesquisa possui outra atividade profissional, além da pesca, apesar de a terem como a principal atividade. Isso se deve aos períodos críticos (inverno, escassez de peixes e épocas de proibição da pesca pelo IBAMA e pela própria Itaipu), conforme relato dos próprios pescadores. Dedicam-se também aos serviços na agricultura, pedreiro, mecânico, técnico electricista, autônomo, guarda-noturno, electricista e operador de máquinas. Tais atividades garantem-lhes um acréscimo de renda mensal de até 2 salários mínimos. (MARTIN, et al, 1999, p. 33)

O sentido comum e recorrente repousa no caráter diversificado destas iniciativas, regidas pelas próprias circunstâncias em que se acham submetidos os indivíduos e o universo de possibilidades que o próprio ambiente lhes oportuniza. Elas reforçam o perfil multi-ocupacional a que vêm-se mergulhados amplos setores da população nacional, processo este só muito recentemente detectado nas estatísticas oficiais em face da alteração dos instrumentos de coleta dos dados. É o caso das pesquisas nacionais por amostra de domicílio (PNADs) utilizadas na primeira fase do Projeto Rurbano para identificar as alterações no padrão de ocupação da população ativa no espaço rural brasileiro e em regiões não-metropolitanas do país.

Na pesquisa realizada junto aos pescadores artesanais da Colônia Z-3 admitiu-se que as famílias exclusivamente pesqueiras são aquelas que se dedicam exclusivamente à captura de pescado como forma de assegurar a reprodução material de seus membros. Esta pode ou não envolver o conjunto da força de tra-

balho familiar em atividades realizadas individualmente, em sistema de parceria, sociedade com empresas (via contratos) e/ou com outros pescadores artesanais.

Estes – os pescadores – identificam-se como sendo detentores dos instrumentos de trabalho (embarcação, redes, motor, etc.), ao passo que os “proeiros” não dispõem desses meios e atuam sob distintos arranjos produtivos, podendo ser pagos por quota ou outro sistema de remuneração.

No Quadro 1 ambas famílias são descritas de uma forma esquemática. As famílias pluriativas são aquelas em que pelo menos um dos seus componentes exerceu algum tipo de atividade não relacionada com a captura e/ou beneficiamento de pescado, no período compreendido entre outubro de 2002 e setembro de 2003.

No elenco de ocupações alheias à pesca figuram atividades esporádicas na construção civil (pedreiro, pintor, ronda noturno, etc.), artesanato, comércio e outras iniciativas bastante diversificadas. Não menos importantes são os trabalhos gerados no âmbito da própria comunidade, como a elaboração de subprodutos de peixe comercializados por empresas contratantes ou por terceiros.

Foram aplicados questionários estruturados em 70 famílias de pescadores artesanais, cujos dados compuseram um banco de dados com cerca de 150 variáveis, analisadas em SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) e EXCEL.

Valemo-nos do método da “amostragem sistemática por comunidade” para compor a unidade amostral. Ele permite um baixo erro amostral, próximo ao da amostragem aleatória simples.

Concomitantemente à formação e análise dos dados de fontes primárias, constituiu-se um dossiê de fontes secundárias (IBAMA, IBGE, SEAP, FAO, etc.) que foi fundamental para avançar sobre outras questões que a seguir discutiremos.

É necessário registrar que há outros pontos do litoral lagunar onde vivem famílias de pescadores. Contudo, optou-se por privilegiar a Colônia Z-3 por ser ela o núcleo mais representativo

de pescadores artesanais. É nesta parte do município de Pelotas onde encontramos o maior número de famílias de pescadores artesanais.

Compuseram a amostra somente famílias em que pelo menos um membro houvesse trabalhado na captura e/ou recebido seguro-desemprego como pescador artesanal no período de outubro de 2002 a setembro de 2003

Definidos os eixos fundamentais que estruturam o referencial teórico e metodológico, convém descrever, ainda que seja em linhas gerais, o contexto empírico dessa pesquisa.

Quadro 1. Descrição dos tipos de famílias segundo a condição de atividade.

<b>FAMÍLIAS EXCLUSIVAMENTE PESQUEIRAS</b>	Também consideradas monoativas, indicam situações em que os membros da família dedicam-se exclusivamente ao trabalho na captura de pescado, empregando a mão-de-obra familiar ou mediante outros arranjos, via sistema de parceria e/ou sociedade com empresas ou outros pescadores artesanais.
<b>FAMÍLIAS PLURIATIVAS</b>	Realizam a combinação de trabalho na captura com atividades desvinculadas da pesca, no âmbito da indústria, comércio e/ou serviços. Pode envolver o exercício de outras atividades remuneradas, indiretamente relacionadas à pesca (salga, fileteamento, processamento para venda, feira livre, etc.) ou atuando como empregado assalariado em embarcações privadas.

Fonte: Pesquisa UFPel/CNPq (2004).

#### **4. O CONTEXTO EMPÍRICO DA PESQUISA**

Até a segunda metade do século XIX o estuário da Lagoa dos Patos caracterizava-se pela presença de um pequeno número

de pescadores. O processo de ocupação destas áreas tem a ver com inúmeros aspectos, entre os quais a questão da demarcação e proteção das fronteiras internacionais que guardam amplos espaços de comunicação com o litoral lagunar. Tanto durante o período de regência como ao longo do governo imperial cresce a necessidade de ampliar uma fronteira viva no Brasil meridional, guarnecendo as costas e as vias que dão acesso aos países do Prata. Mas é sobretudo durante o período da revolução farroupilha (1835-1845) que o espaço compreendido entre o canal São Gonçalo e o Porto de Rio Grande se converte em objeto de acirradas disputas entre imperiais e farrapos. É por essa via que escoava a produção riograndense, particularmente o charque, principal produto de exportação que sustentava economicamente a então Província de São Pedro.

Após perderem o controle sobre esta área, os republicanos riograndenses optaram por fazer de Laguna (SC) o porto através do qual a produção poderia ser remetida a outros pontos do país e, sobretudo, ao exterior.

As primeiras famílias instaladas na Colônia Z-3 eram predominantemente oriundas das colônias portuguesas, especialmente das ilhas Açores e Madeira. Formam um contingente reduzido de pessoas que fazem da lagoa um meio através do qual asseguram o atendimento das necessidades de consumo, comercializando algum excedente.

Mas com a vinda de novos pescadores portugueses houve a introdução de novas técnicas produtivas que alteraram substancialmente os processos de produção. Muitos dos antigos pescadores acabaram por transformar-se em *proeiros* de embarcações de maior calado. Ocorre que os pescadores locais, devido às suas precárias condições de produção, passaram a dedicar-se quase que exclusivamente à captura. Essa forma se intensificou ainda mais nas primeiras décadas do século XX, com o cresci-

mento da instalação de indústrias de salga<sup>5</sup> na região. Data dessa época (1923) a instalação oficial da Colônia Z-3.

Segundo Altmayer, (citado em SOUZA, 2004), o desenvolvimento do parque industrial pesqueiro, movido sobretudo pela ampliação dos mercados, contribuiu decisivamente no sentido de fazer com que o pescador artesanal se especializasse cada vez mais na captura.

Nos anos 1940 há um processo de desestruturação das antigas *parelhas*<sup>6</sup> de ascendência portuguesa, momento que coincide com a chegada de pescadores procedentes do litoral catariense. Estes trouxeram consigo mudanças significativas, entre as quais a introdução de embarcações maiores, o uso de motor, de redes de espera de maior tamanho<sup>7</sup>, bem como a diminuição significativa do tamanho das malhas. É nesta mesma fase que se consolida a figura do intermediário-atravesador (FIGUEIRA, 2000) no ramo do pescado.

O período subsequente é marcado pelos efeitos da política desenvolvimentista e pela quase total ausência de um ordenamento institucional, o qual só começa a surgir no momento em que se amplia a presença do capital mercantil e industrial via instalação de unidades de captura, comércio e beneficiamento. Como continuidade desse processo dá-se a criação, em 1962, da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e a promulgação do “Código da Pesca” (1967). Com estas medidas o Estado almejava consolidar um setor pesqueiro moderno e dinâmico

---

<sup>5</sup> Trata-se de um espaço que pode assumir múltiplos papéis além da transformação do pescado. Pode incluir, além da salga propriamente dita, o local do desembarque do peixe, beneficiamento do pescado e de venda da produção.

<sup>6</sup> Parelha, segundo define Figueira (2000), “... *é tudo que pertence ao proprietário da embarcação: o galpão de pesca, o barco e as redes. O dono da parelha é chamado patrão de pesca.*”

<sup>7</sup> Essa parece ser uma das causas principais da redução da disponibilidade atual de peixes e crustáceos da Laguna dos Patos.

Os resultados não surtiram o efeito desejado. Além de acentuar o processo de diferenciação social entre os pescadores, a sobre-pesca e a poluição ambiental diminuíram acentuadamente o volume de pescado. No processo de intervenção estatal surgem indícios de uma sensível mudança de rumo com a incorporação crescente de uma perspectiva de corte ambientalista, momento no qual crescem as vozes que clamam a necessidade de disciplinar as regras que regem o setor. Fruto desse quadro dá-se a criação do IBAMA, das fundações estaduais de meio ambiente e de outras organizações correlatas.

O período subsequente é marcado pelo desencontro total entre as políticas de incremento da produção e as novas orientações que apontam na direção dos objetivos preservacionistas. Esse quadro aparece evidenciado no cotejo entre a atuação de dois dos principais órgãos que atuam no setor: o Departamento da Pesca e Aqüicultura, de um lado, e o IBAMA, de outro. O primeiro segue a tônica de apoiar o financiamento do chamado “agronegócio da pesca” e operar a abertura do mercado para o capital internacional, ao passo que o segundo dirige sua atuação na coação eventual dos abusos cometidos na atividade pesqueira e dos danos ambientais.

As modificações na orientação dos instrumentos de intervenção no setor é igualmente acompanhada de mudanças na legislação que regula a organização dos pescadores. Até meados dos anos 1980 as comunidades pesqueiras estavam representadas, em nível federal, pela Confederação Nacional dos Pescadores; em nível estadual, pela Federação Estadual dos Pescadores; e finalmente, em nível municipal, pelas Colônias de Pesca. Entretanto, com a promulgação da Constituição Brasileira (1988), esse quadro é alterado. A partir de então é facultado às colônias de pescadores sua organização sob a forma de sindicatos de livre associação, conforme dispõe o artigo 8º do texto constitucional. A mudança afeta a Colônia Z-3 em Pelotas, assim como a outras colônias de pescadores situadas no litoral sul gaúcho, como é o caso de Rio Grande, Pelotas, São José do Norte e São Lourenço do Sul.



Com a recente criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca havia a expectativa de que o novo órgão empreendesse a efetiva articulação das políticas, conciliando interesses no marco da sustentabilidade em suas distintas dimensões (econômica, social e ambiental). Na atual conjuntura não há indícios de mudanças.

A atuação do IBAMA é hoje marcada pela ambigüidade. Há momentos em que alterna a repressão aos pescadores artesanais com o recolhimento de redes que não se enquadram no padrão de malha, ao passo que em outros, por carência de meios ou inércia, renuncia, paradoxalmente, à tarefa de combater a pesca predatória das grandes embarcações que realizam suas capturas na confluência com o Oceano Atlântico e até mesmo dentro da própria lagoa.

O quadro de dificuldades é ainda mais desolador diante da escassez do camarão<sup>8</sup>. Os últimos cinco anos coincidiram com frustrações da safra de um dos mais tradicionais produtos da Lagoa dos Patos. As condições climáticas e biológicas não se mostraram favoráveis ao desenvolvimento deste crustáceo, vulnerabilizando um grande número de famílias que dependiam dessa atividade. É nesse contexto que assistimos ao crescimento na importância das atividades desvinculadas da pesca.

Segundo o Censo Demográfico (2000), há 3.221 habitantes residentes na Colônia Z-3, sendo 2.291 residentes na área urbana e 930 na área rural<sup>9</sup>. A mesma fonte indica um baixo nível de alfabetização<sup>10</sup> da população, cuja renda média *per capita*

---

<sup>8</sup> Precisamente na safra 2005 houve abundância de camarão. Destarte, não foi suficiente para amenizar os problemas de escassez que assolaram os anos precedentes.

<sup>9</sup> Estes dados referem-se ao total de pessoas residentes na Colônia Z-3. Nosso foco recai somente sobre os pescadores artesanais conforme descrito na metodologia adotada.

<sup>10</sup> Segundo o ITEPA (2002), 22,6% das pessoas entrevistadas na Colônia Z-3 não possuem nenhum grau de instrução, 23,8% possuem no máximo 3 anos de estudo e, 43,2 % entre 4 e 5 anos de escolaridade.

mensal é de apenas R\$ 79,38/mês, ao passo que a renda média familiar atinge R\$ 257,98. De acordo com o ITEPA (2002), 69,9% das famílias percebem até dois salários mínimos mensais, sendo que 5,1% delas não contam com rendimentos estáveis.

## **5. A PLURIATIVIDADE E A PESCA ARTESANAL NA COLÔNIA Z-3**

Nos termos do marco metodológico proposto, 32,9% das 70 famílias entrevistadas foram enquadradas como “exclusivamente pesqueiras” e 67,1% como “pluriativas”.

Os dados da Tab. 1 mostram que a maior parte das famílias pluriativas e exclusivamente pesqueiras tem entre 3 a 4 pessoas residentes. As informações censitárias indicam números bastante semelhantes.

Se examinamos a situação das famílias do ponto de vista da força de trabalho, medida em termos de Unidade Trabalho Homem (uma pessoa com mais de 14 anos e com dedicação integral ao trabalho), os dados da Tab. 2 mostram uma média mais alta nas explorações pluriativas.

Alguns estudos sobre a pluriatividade na agricultura familiar alertam sobre a existência de situações em que a adoção deste tipo de estratégia responde aos anseios do grupo doméstico por assegurar a ocupação plena de seus membros, mais do que uma necessidade estritamente econômica. Não dispomos de elementos suficientes para fazer este tipo de afirmação, em que pese o fato da situação da pesca artesanal ser comparativamente bastante mais precária para configurar-se uma “pluriatividade de ocupação”.

---

Nada menos que 46,4% dos chefes de domicílios tem no máximo 3 anos de estudo.

Tabela 1 – Distribuição percentual das famílias de pescadores artesanais segundo a situação (pluriativas e exclusivamente agrícolas) e o número de residentes.

Tipo de família	Nº pessoas residentes					Total
	Nº Estab.	Até 2	3 a 4	5 a 8	9 a 14	
Exclusivamente pesqueira	23	26,1 %	52,2%	17,4%	4,3%	100,0%
Pluriativa	47	10,6%	53,2%	31,9%	4,3%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo UFPel/CNPq, 2004.

Tabela 2 – Distribuição percentual das famílias de pescadores artesanais segundo a situação (pluriativas e exclusivamente agrícolas) e o número de unidades trabalho-homem.

Tipo de família	Nº	Nº médio de UTH's
Exclusivamente pesqueira	23	2,77
Pluriativa	47	3,00

Fonte: Pesquisa de campo UFPel/CNPq, 2004.

Outro aspecto que mereceu uma atenção especial nesta pesquisa reside na questão das rendas das famílias dos pescadores artesanais. Elas aparecem discriminadas abaixo em seis modalidades, a saber:

**Renda da pesca:** Refere-se ao somatório de receitas obtidas através da venda da captura do pescado e do montante do produto do autoconsumo familiar, havendo sido descontados os custos de produção correspondentes à atividade.

**Renda de atividades do Sistema Agroindustrial (SAG) do Pescado:** Refere-se ao somatório das rendas provenientes do trabalho exercido no processo de beneficiamento do pescado, seja através do recebimento de salários, seja por meio de venda direta ao consumidor.

**Renda de atividades externas à pesca:** Compreende as receitas decorrentes do trabalho desvinculado da atividade de pesca (assalariado ou não).

**Renda de Aposentadorias:** Compreende o somatório dos benefícios de aposentadorias de membros da família;

**Renda de Pensões:** Compreende o somatório das pensões recebidas, independente do gênero;

**Renda do Seguro Desemprego:** Refere-se à receita decorrente do período do defeso paga aos pescadores durante 4 meses, sendo equivalente a 1 salário-mínimo mensal.

Os dados da Tab. 3 apresentam a situação das famílias entrevistadas do ponto de vista das rendas. Os dados mostram não haver diferenças dignas de nota no que afeta à renda anual na pesca propriamente dita. Em ambos os casos, convertendo para valores mensais, o ingresso econômico familiar decorrente é bastante baixo, (respectivamente R\$ 264,5 e R\$ 272,2 para famílias exclusivamente pesqueiras e pluriativas) pouco acima do salário-mínimo nacional. Dentre as famílias pluriativas, dezessete delas complementaram seus ingressos com o exercício de atividades no sistema agroindustrial da pesca (**SAG**), ao passo que 31 obtiveram receitas lançando mão de atividades externas.

Tabela 3 – Tipos de renda e média da renda anual, segundo o tipo de família de pescadores artesanais.

Tipo de Renda	Tipo de família			
	Exclusivamente pesqueira		Pluriativa	
	Nº	R\$	Nº	R\$
Renda da Pesca	23	3.173,47	47	3.266,50
Renda de atividades no SAG	-	-	17	475,32
Renda de atividades externas	-	-	31	2.209,45
Renda de aposentadorias	09	1.376,23	07	330,78
Renda de Pensões	03	235,94	06	200,00

Renda do seguro desemprego	15	860,29	38	823,83
----------------------------	----	--------	----	--------

\* Para o cálculo das médias de renda, foram excluídos os valores limites, ao nível de 5%.

Fonte: Pesquisa de campo UFPel/CNPq, 2004.

Por outro lado, a renda de aposentadorias incidiu sobre 16 famílias, sendo nove enquadradas como exclusivamente pesqueiras e sete pluriativas. A renda de pensões incidiu sobre nove famílias (três exclusivamente pesqueiras e seis pluriativas). Das 70 famílias entrevistadas, 53 foram beneficiadas com recursos provenientes do *defeso* (seguro-desemprego); quinze delas eram exclusivamente pesqueiras e 38 pluriativas. Em ambos os casos vê-se a importância deste recurso para assegurar a sobrevivência de muitos grupos domésticos.

As atividades econômicas que se desenvolvem no interior da Colônia Z-3 acham-se fortemente vinculadas ao ingresso destes recursos, especialmente nos períodos em que reina a escassez do pescado.

Depois das rendas da pesca, as rendas externas, ou seja, desvinculadas da pesca, são as mais altas em termos médios, tal como mostra a Tab. 3, superando, inclusive, a contribuição das transferências sociais (aposentadorias, pensões e seguro-desemprego) na formação da renda total das famílias.

Em ordem de importância, as rendas de atividades desvinculadas da pesca são as mais altas em termos médios, como indicou a Tab. 3, superando inclusive a contribuição das transferências sociais (aposentadorias, pensões e seguro-desemprego) à formação da renda total das famílias.

Quando enfocamos o conjunto das rendas totais, como indica a Tab. 4, aparecem evidenciadas algumas diferenças entre ambos tipos de famílias analisadas. As pluriativas apresentam um valor médio anual (R\$ 7.633,27) superior ao das exclusivamente pesqueiras (R\$ 5.487,40). Outro dado que chama a atenção reside na distância que separa valores mínimos e máximos, aspecto este

que reflete a realidade que conhecemos ao realizar o trabalho junto aos pescadores artesanais. Há realmente famílias muito pobres cujas condições de vidas alcançam, com bastante dificuldade, um nível de consumo considerado como socialmente aceitável.

Os chamados “*biscates*” estão plenamente incorporados no cotidiano dos pescadores artesanais da Colônia Z-3, referidos no discurso dos entrevistados como exercício esporádico de funções como pintor, vendedor ambulante, auxiliar de pedreiro, etc. Um aspecto importante que poderia ser explorado é a questão da identidade profissional dos indivíduos submetidos a essa situação multiocupacional. Pretende-se avançar no exame dessa questão na continuidade dessa pesquisa.

Os dados da Tab. 3 parecem indicar que a renda de aposentadorias e pensões tende a equilibrar a distância que separa famílias pluriativas e exclusivamente pesqueiras. É o conjunto dessas fontes de ingresso que assegura, em última análise, um nível de consumo socialmente aceitável. É esse o grande mérito das transferências sociais, qual seja, o de viabilizar uma das mais eficazes formas de redistribuição da riqueza nacional.

Tabela 4 – Renda total anual média, mínima e máxima, segundo o tipo de família (exclusivamente pesqueira e pluriativa)

Tipo de família	Renda total em R\$			
	Nº.	Média*	Mínimo	Máximo
Exclusivamente pesqueira	23	5.487,4	964,0	19.161,0
Pluriativa	47	7.633,3	1.862,0	20.289,0

\* Para o cálculo das médias de renda, foram excluídos os valores limites, ao nível de 5%.

Fonte: Pesquisa de campo UFPel/CNPq, 2004.

A pesquisa identificou um reduzidíssimo número de famílias que desenvolvem práticas de autoconsumo, a exemplo de pequenas hortas construídas em suas residências, as quais, se

realizadas, reduziriam a dependência externa com a compra de alimentos frescos e a vulnerabilidade econômica dos indivíduos.

Há outro aspecto que merece registro. Diz respeito à questão das rendas de aposentadorias. O valor médio é mais alto, como indicou a Tab. 3. Parece admissível supor que num contexto de escassez de fontes regulares de ingresso econômico, as famílias vejam-se obrigadas ao exercício de outras atividades geradoras de receita como forma de assegurar um nível de consumo socialmente aceitável.

No âmbito da agricultura familiar surgiram estudos (DELGADO E CARDOSO, 1999; CALDAS, 2004) os quais defendem a tese de que, na atual conjuntura, há uma proporção considerável de situações onde os recursos de aposentadorias e pensões estão servindo como uma espécie de seguro agrícola ao financiar indiretamente as atividades agrícolas.

No estudo realizado junto aos pescadores artesanais da Colônia Z-3 esta questão foi examinada e comprovamos que em apenas 25% dos casos houve a utilização destes recursos na atividade pesqueira. Alguns entrevistados informaram que o fizeram no custeio de algumas operações, bem como na aquisição de equipamentos e até mesmo embarcações. Essa escassa incidência, se comparada com o que indicaram os estudos aludidos sobre a agricultura familiar, pode ser atribuída a alguns fatores.

Um deles é porque a pesca requer instrumentos de trabalho e recursos produtivos de menor envergadura, aliado ao fato de que muitas saídas para captura são “financiadas” pelos salgueiros, dispensando a necessidade de capital de giro próprio para o custeio da captura. Com isso é muito provável que os recursos previdenciários sejam essencialmente direcionados para as necessidades de consumo da família e/ou do próprio beneficiário.

Através da Tab. 5 acham-se evidenciadas duas formas de avaliar o tipo de atividade pluriativa e sua respectiva importância. A primeira delas corresponde ao número de indivíduos que exercem as atividades pluriativas, ao passo que a segunda tem a

ver com o total de dias ou jornadas em cada modalidade destas iniciativas.

Tabela 5 – Distribuição dos indivíduos pluriativos segundo o tipo de atividade desenvolvida e o número de dias dedicados ao exercício destas atividades

Tipo de Atividade	Nº de Pluriativos	%	Nº de Dias	%
Assalariado na pesca industrial	13	14,9	2.981	19,0
Serviços pessoais	14	16,1	2.753	17,6
Serviço público	7	8,1	2.100	13,4
Comércio	5	5,8	1.375	8,8
Empresas de salga do pescado	12	13,8	1.328	8,5
Salga no domicílio familiar	6	6,9	1.220	7,8
Feira livre e comércio em geral	8	9,2	335	2,1
Indústria	3	3,5	750	4,8
Fabricação de Redes	1	1,1	10	0,1
Construção Civil	5	5,8	538	3,4
Comércio próprio	2	2,3	600	3,8
Serviços auxiliares	2	2,3	400	2,5
Artesanato	1	1,1	300	1,9
Transporte	1	1,1	160	1,1
Outros	7	8,0	810	5,2
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>100,0</b>	<b>15.660</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo UFPel/CNPq, 2004.

A restrição de alternativas de trabalho e ocupação, mais ou menos estáveis, no âmbito da Colônia Z-3 não é apenas produto da fragilidade do tecido social e produtivo, mas da própria distância (20 Km) que separa a comunidade do centro de Pelotas.



O custo da passagem é o dobro do que pagam os usuários da cidade, algo que inviabiliza o deslocamento para o trabalho no âmbito do comércio e indústria, ainda que a atividade se desenvolva em caráter eventual. Além disso, há que considerar o baixo nível de escolaridade das pessoas, muitas das quais optaram pela pesca por não possuir outro tipo de qualificação profissional.

Quando perguntados sobre o que fariam diante do aprofundamento de crise na atividade pesqueira, nossos entrevistados dividiram-se entre quatro alternativas sugeridas, excluídos aqueles que optaram por não responder. Como mostra a Tab. 6, a maior parte disse que esperaria a crise passar. Esta resposta foi a escolhida por 56,0 % das famílias exclusivamente pesqueiras e 46,8% das famílias pluriativas.

A opção por ir para a cidade e buscar uma alternativa de trabalho e renda incide sobre 23,4% dos entrevistados vinculados a famílias pluriativas e apenas 13,0% a famílias exclusivamente pesqueiras.

No primeiro caso, vemos que o ramo de serviços pessoais, emprego assalariado na pesca industrial e em empresas de salga representam as atividades mais importantes na ocupação dos indivíduos. No que diz respeito ao número de jornadas ou dias de trabalho, vemos que é a pesca industrial a mais importante das atividades, seguida dos serviços pessoais e serviço público.

A mobilidade espacial dos pescadores artesanais, se comparada com a dos agricultores familiares, é bastante mais ampla e flexível. Isso permite, inclusive, que alguns deles retornem à colônia pesqueira caso a tentativa de instalação em outra área ou atividade tenha sido frustrada. Presumivelmente os agricultores familiares dependem, como os pescadores artesanais, dos prodígios da natureza. Entretanto, para os primeiros, o nível de investimentos para desenvolver a produção é consideravelmente maior, se comparado aos pescadores artesanais que, como é sabido, valem-se de equipamentos muitas das vezes rudimentares (bateiras, redes, lampiões, etc.) para exercerem sua profissão.

Tabela 6 – Distribuição porcentual dos entrevistados segundo a opção escolhida em caso de aprofundamento de situação de crise na atividade pesqueira

Opção escolhida	Tipo de família	
	Exclusivamente pesqueira (%)	Pluriativa (%)
Esperaria a crise passar	56,5	46,8
Deixaria a pesca e continuar na colônia	17,5	10,7
Iria para a cidade na busca de alternativas	13,0	23,4
Empregar-se-ia em qualquer atividade	13,0	17,0
Não opinou	-	2,1
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo UFPel/CNPq, 2004.

Nos dados da Tab. 7 aparece igualmente refletido o imaginário dos pescadores e a percepção sobre suas condições sociais de existência a partir do exame sobre as perspectivas futuras da atividade que hoje desempenham. Em termos gerais, os dados mostram uma opinião bastante desfavorável em relação ao futuro. Nada menos que 2/3 dos entrevistados, vinculados a famílias pluriativas, manifestaram uma opinião negativa, ao passo que entre as exclusivamente pesqueiras essa posição incide sobre 56,5% dos entrevistados.

Os últimos cinco anos coincidiram com uma crise sem precedentes na pesca artesanal, motivada, como dissemos anteriormente, pela vertiginosa queda na quantidade e diversidade de pescado. Esse cenário pode ser visto sob outros ângulos.

Tabela 7 – Distribuição dos entrevistados em relação às perspectivas da família na atividade pesqueira.

Opinião	Tipo de família	
	Exclusivamente pesqueira (%)	Pluriativa (%)
Positiva	34,8	27,7
Negativa	56,5	66,0
Não sabe/não respondeu	8,7	6,4
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo UFPel/CNPq, 2004.

Perguntados sobre a existência ou não de pessoas da família dispostas a abandonar a Colônia Z-3, surgiram diferenças dignas de nota entre os dois tipos de grupos familiares aqui confrontados. Como mostra a Tab. 8, nas pluriativas é três vezes maior o número de membros que desejam transferir-se para a cidade.

Apenas 8,7% dos entrevistados de famílias exclusivamente pesqueiras assim se posicionaram.

Mas há também outro modo, bastante eloqüente, de avaliar a percepção dos pescadores artesanais em relação ao futuro. Ao serem indagados sobre o desejo de que seus filhos seguissem a profissão de pescador, 87,0% dos entrevistados vinculados a famílias exclusivamente pesqueiras responderam que não, ao passo que entre as pluriativas a resposta eleva-se para 91,5%, em que pese a alta proporção de pessoas que não quiseram ou não souberam responder esta pergunta entre as famílias exclusivamente pesqueiras (Tab. 9).

Tabela 8 – Distribuição dos entrevistados segundo a intenção de algum membro da família transferir-se para a cidade.

Existência de pessoas dispostas a migrar	Tipo de família	
	Exclusivamente pesqueira (%)	Pluriativa (%)
Sim	8,7	27,7
Não	87,0	72,3
Não opinou	4,3	-
Total	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa de campo UFPel/CNPq, 2004.

Tabela 9 – Distribuição dos entrevistados segundo o desejo de que os filhos seguissem a profissão de pescador

Pesca como profissão dos filhos	Tipo de família	
	Exclusivamente pesqueira (%)	Pluriativa (%)
Sim	4,3	6,4
Não	87,0	91,5
Não opinou	8,7	2,1
Total	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa de campo UFPel/CNPq, 2004.

No capítulo “rendas” há ainda outros aspectos que merecem ser sublinhados. Além da relevância apontada para a questão das aposentadorias e pensões na manutenção das famílias de pescadores artesanais, bem como do seguro desemprego referente ao período da parada biológica (defeso), há outras políticas públicas importantes, a exemplo do bolsa-família e de algumas ações movidas pelo poder público municipal. Conjuntamente, tais mecanismos favorecem a garantia de uma renda mínima aos grupos domésticos, especialmente em momentos como estes, que coincidiram com a realização dessa pesquisa, onde recrudesciu o quadro de dificuldades.

Nesse sentido, nosso estudo comprovou que em 25% dos casos o somatório da renda oriunda dos benefícios sociais é superior ao somatório de todas as demais rendas (da pesca e desvinculadas da pesca). Quando confrontamos os benefícios sociais com as rendas oriundas exclusivamente da pesca, a superação dos primeiros em relação às segundas atinge 37,1% das famílias entrevistadas.

Diante desses dados fica evidenciada a importância assumida pelas transferências sociais, não apenas sob o prisma da família e de suas necessidades imediatas, mas do ponto de vista da redistribuição da renda nacional. Nesse contexto, é mister ressaltar a grande dificuldade dos indivíduos em acessar as políticas, em razão do desconhecimento de seus direitos, dos entraves burocráticos, bem como da frágil e contraditória identidade que possui o pescador artesanal enquanto categoria sócio-profissional.

Só muito recentemente alterou-se a legislação previdenciária, permitindo a aposentadoria de mulheres pescadoras. Da mesma forma, a legislação para o acesso ao seguro-desemprego envolve uma série de entraves burocráticos que não raro, terminam inviabilizando o acesso a estes benefício.

Outro tema importante, e que também envolve o Estado, diz respeito aos recursos repassados aos pescadores sob forma de crédito e financiamento para a produção. Entre as famílias entrevistadas, 54,3 % revelaram haver obtido algum tipo de financiamento no período considerado, fundamentalmente via PRONAF-Pesca (61%) e RS-Rural (34%).

Outra questão que pareceu pertinente examinar diz respeito ao uso destes recursos. Alguns estudos preliminares (NIEDERLE et al 2004; 2004a; SACCO DOS ANJOS, 2004) apontavam para o fato de que muitas famílias, em meio à própria precariedade das condições materiais de que dispunham, viam-se impedidas a utilizar o financiamento recebido na compra de alimentos e para outros fins semelhantes.

Os depoimentos colhidos indicaram que em apenas 12% dos houve esse tipo de destinação.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Parecem-nos bastante acertadas as considerações que faz Delgado (2001, p.66) ao referir-se sobre o tema do desenvolvimento local das “comunidades pesqueiras”. Para este autor há que admitir três questões centrais a serem enfrentadas simultaneamente.

A primeira delas diz respeito à preservação ambiental. A segunda refere-se ao tema dos direitos sociais dos membros das comunidades pesqueiras, pressupondo o necessário reconhecimento, por parte do Estado, não apenas de sua condição de cidadãos, mas como objeto de políticas governamentais e de fornecimento de bens e serviços públicos.

Entendemos que essa questão mostra-se perfeitamente identificada com o atual debate em torno da "multifuncionalidade dos espaços rurais". Referimo-nos ao papel que poder-se-ia atribuir ao pescador artesanal enquanto ator social privilegiado na conservação dos ecossistemas aquáticos, como é precisamente o caso das lagoas e restingas, reconhecidamente frágeis ante à degradação ambiental, incluindo também a relevância na preservação de valores culturais fundamentais que conformam a própria identidade regional.

A terceira questão que destaca Delgado, na caminhada de construção do desenvolvimento local, reside na geração sustentável de renda e na melhoria das condições de vida das comunidades pesqueiras.

O equacionamento destas questões e compatibilização de objetivos mais amplos passa, no nosso entendimento, pelo reconhecimento tácito da importância da pluriatividade em suas múltiplas formas de expressão e da multifuncionalidade que exercem dos espaços rurais.

Reduzir um ecossistema extremamente complexo em objeto único e exclusivo de produção de pescado parece-nos um posicionamento profundamente equivocado. A Lagoa dos Patos representa uma das paisagens mais emblemáticas do Brasil meridional. Paradoxalmente todas as referências a ela dirigidas convergem nessa direção. Projetos inovadores que apostam em articular turismo, artesanato e resgate de valores culturais, esbarram em um sem-número de dificuldades próprias da estreiteza de horizontes das instituições e da incapacidade dos pescadores e de suas estruturas de representação em formular ações nesse sentido.

Vítimas da ignorância, do isolamento e do baixo nível de escolaridade, assistem eles, ano após ano, o esgotamento paulatino dos cardumes, favorecido, sobretudo, pela inoperância de organizações que não coíbem a pesca predatória das grandes embarcações que realizam capturas no interior da lagoa.

A pesquisa aqui concluída identificou a elevada incidência da pluriatividade. Trata-se de uma estratégia de reprodução extremamente relevante no sentido de assegurar condições através dos quais as famílias obtêm um nível de consumo socialmente aceitável. Há um conjunto de ocupações bastante amplo que favorece a obtenção de receitas que, junto às transferências sociais, viabilizam a sobrevivência dos indivíduos e a preservação do frágil tecido sócio-produtivo da Colônia Z-3.

A descrença em relação ao futuro aparece refletida nos depoimentos e nos dados que aludimos anteriormente. Há uma elevada proporção deles que não desejariam que seus filhos seguissem a profissão de pescador. Este dado torna-se absolutamente desafiador, se temos em mente o futuro imediato e a inadiável tarefa de fazer frente à lenta agonia da Colônia Z-3.

São bastante adequadas as conclusões de Delgado (2001, p.67) ao discutir sobre o caminho através do qual é possível atingir os objetivos aqui destacados. Trata-se, no entender desse autor, de um processo que exige assegurar as condições para que as comunidades pesqueiras tenham acesso a cinco tipos de ativos de

capital: o *produtivo*: equipamentos e condições para realizar a atividade produtiva propriamente dita; o *humano*: oportunizar a educação, a preservação dos saberes acumulados junto às comunidades e a própria dignidade existencial; o *natural* (os recursos naturais existentes); o *político*: organização, cidadania e representação política); o *social*: o reconhecimento da importância das normas de confiança, reciprocidade e coesão que regem o funcionamento das comunidades pesqueiras.

## 7. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. (2002) Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola européia. In: ABRAMOVAY, R. *O Futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003, p. 125-149.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro, Brasil, 2000.

CALDAS, N. V. *Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o impacto da previdência social em Salvador das Missões, RS*. ISP/UFPel, Pelotas, 2004. 69 p. (Monografia)

CAMPANHOLA, C., GRAZIANO DA SILVA, J. (editores) *O novo rural brasileiro: uma análise estadual* (Sul, Sudeste, Centro-Oeste). Volume 4, Jaguariúna, EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.

GASSON, R. e ERRINGTON, A. *The Farm Family Business*. Wallingford, Cab International, 1993.

DELGADO, G.C. e CARDOSO JR, J.C. *O Idoso e a Previdência Rural no Brasil: A Experiência recente da Universalização*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

DELGADO, Nelson G. Desenvolvimento local e extensão rural e pesqueira, in: *Estudos Sociedade e Agricultura* [da] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nº 16, p. 62-73, 2001.

ETXEZARRETA, M.; CRUZ, J.; GARCÍA MORILLA, M. e VILADOMIU, L. *La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrarias comunitarias*. Madrid: MAPA, 1995, 658 p.



JOLLIVET, M. L'Analyse fonctionnelle-structurelle en question ou la théorie nécessaire. In: JOLLIVET, M.; MENDRAS, H. *Les Collectivités Rurales Française. Sociétés Paysannes ou Lutte de Classes au Village?* Paris: Armand Colin, 1974, p.155-230.

FIGUEIRA, L. D., *Pesca Predatória: a Gênese Social de um problema Legítimo*, ISP/UFPEL, Pelotas, UFPEL, 2000 (Monografia).

ITEPA-UCPEL, *Informe Socioeconômico n° 7: Estrutura Socioeconômica da Atividade Pesqueira do Município de Pelotas*, Pelotas, UCPEL, julho, 2002.

MARTIN, R. V.; MARTINS, R. S., "Levantamento da Cadeia Produtiva do Pescado do Reservatório de Itaipu", in: *Teoria e Evidência Econômica*, p 25 – 53, Passo Fundo, UPF, novembro, 1999

NIEDERLE, P.A. et al. Trabalho e Renda na Pesca Artesanal: a Pluriatividade na Colônia Z 3 em Pelotas, RS. In: *Anais do XVI Salão de Iniciação Científica*, UFRGS, Porto Alegre, outubro de 2004.

NIEDERLE, P.A. et al. Um cenário desafiador: o impacto das políticas públicas na pesca artesanal da Colônia Z-3, Pelotas, RS. In: *Anais do VII Congresso de Iniciação Científica*, UFPEL, Pelotas, 2004a.

SACCO DOS ANJOS, F. *A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)*. Pelotas: UFPEL/ Editora Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_ Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas, in: *Estudos Sociedade e Agricultura*, n° 17, Rio de Janeiro, 2001, p.54-80.

\_\_\_\_\_ *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SACCO DOS ANJOS, F., et al. Pesca artesanal e pluriatividade: o caso da Colônia Z-3 em Pelotas, RS, in *Anais do II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Local*, UNISC, Santa Cruz do Sul, 2004.

SCHNEIDER, S. As Transformações Recentes da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 16, n.1. p.105-129, 1995.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. In: *Estudos sociedade e Agricultura*. Nº 16, abril, p.165-184, 2001.

\_\_\_\_\_ *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_ Desenvolvimento Sustentável para a atividade pesqueira artesanal na região do estuário da Lagoa dos Patos no Rio Grande do Sul, in: anais do *II Encontro de Economia Gaúcha*, Porto Alegre, FEE, 2004.

WOORTMANN, E. F., “Da Complementaridade à Dependência: Espaço, Tempo e Gênero em Comunidades “Pesqueiras do Nordeste”, in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 18, ano 7, 1992.